

A LINGUAGEM ACADÊMICA DOS ALUNOS INDÍGENAS DO AMAZONAS.

Joelma Monteiro de Carvalho – UEA
jcarvalhouea@gmail.com
Dra Silvana Andrade Martins – UEA

Resumo: Este trabalho discute os problemas socioculturais enfrentados por grupos indígenas, ingressos nos cursos superiores oferecidos pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). A discussão centra-se nas questões sociolinguísticas e etnolinguísticas em que a desvalorização de elementos culturais indígenas, como a língua, se sobressai como a geradora do afastamento do acadêmico da universidade, uma vez que implica o preconceito. O trabalho mostra ainda uma alternativa para o ensino indígena realizado de maneira contextualizada, demonstrando o caráter acolhedor da cultura, conforme é proposto nas leis de amparo à educação das minorias. Dessa maneira, o estudo orienta o leitor para a importância do olhar crítico acerca de uma desvalorização ainda bastante presente, mas que vem sendo combatida paulatinamente.

Palavras-chave: Cultura. Linguagem. Valorização. Etnia. Curso Superior.

Resumen: En este trabajo se analizan los problemas socio-culturales que enfrentan los grupos indígenas, las entradas en los programas de licenciatura que ofrece la Universidad del Estado de Amazonas (UEA). La discusión se centra en cuestiones etnolingüísticos y sociolingüística en la devaluación de los elementos culturales indígenas como el lenguaje, se destaca como el generador de la lejanía de académicos de la universidad, ya que implica prejuicio. El trabajo también muestra una alternativa para la enseñanza indígena hecho en su contexto, lo que demuestra el carácter acogedor de la cultura, tal como se propone en las leyes de apoyo a la educación de las minorías. Por lo tanto, el estudio de guía al lector sobre la importancia de la crítica sobre una devaluación aún muy presente, pero que se está abordando gradualmente.

Palabras clave: Cultura. Idioma. Valoración. Raza. Grado.

Os Indígenas no Curso Superior: Dificuldades Enfrentadas

Com a criação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), muitos moradores ribeirinhos, dentre eles os indígenas, deixaram seu modo de viver em comunidades ou em aldeias e passaram a buscar o conhecimento sistematizado da academia. No entanto, esses estudantes se depararam com diversos fatores capazes de impedir a sua boa relação, e, por consequência a sua aprendizagem, na universidade. Como exemplo desses empecilhos, há: o pouco contato com os colegas em sala de aula, uma vez que apresentam costumes diferentes; a pouca ou dificuldades de assimilação das metodologias de ensino utilizadas pelo professor; e, por fim, questões individuais como o modo de agir, de falar, de se comportar e até mesmo o próprio entendimento da língua portuguesa.

Um levantamento realizado, no ano de 2008 no espaço acadêmico, junto aos alunos indígenas que estudavam na Universidade do Estado do Amazonas – campus do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) –, identificou-se 28 alunos indígenas, sendo 26 (vinte e seis) da etnia Sateré-Mawé e três da etnia Hixkariana, matriculados nos cursos de História, Matemática, Geografia, Agroecologia, Letras e Química. Esses dados dão base para as afirmações do parágrafo anterior, no que condiz à busca dos povos indígenas pelo ensino superior.

Durante a pesquisa, cada aluno relatou a vontade de estudar, com o intuito de retornar às suas aldeias para trabalhar e, com isso, melhorar as condições de vida de sua comunidade. Para buscarem seus objetivos, esses estudantes enfrentam as dificuldades de natureza social, cultural e, principalmente, financeira. Diariamente, havia a necessidade de pagar por material de apoio didático e por despesas pessoais básicas, como transporte e alimentação. Para amenizar esse problema, os estudantes estreitaram suas relações com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), por intermédio do administrador local, que investiu em cópias e materiais didáticos, ajudando o grupo de alunos a estudarem sem a despesa com apostilas ou livros.

Apesar da ajuda financeira, outros fatores, conforme já foram expostos, também afetaram (e afetam) os grupos indígenas ingressos nos cursos superiores. Como se notou, na pesquisa realizada, a dificuldade em compreender, com clareza, a língua portuguesa se torna um problema grave, já que a distinção entre as línguas implica, muitas vezes, a distinção entre costumes, entre culturas.

Nesse sentido, parafraseando Benjamim Worf (apud GUMPERZ; LENVISON, 1996), as estruturas semânticas de diferentes línguas são infinitas, o que se reflete na forma de pensar e de agir dos falantes; cada língua representa um recorte de mundo distinto. Dessa forma, linguagem, pensamento e cultura estão profundamente conectados.

Havia, como se pôde perceber, um conflito entre a língua nativa de cada etnia, com a língua portuguesa. A divergência ocorria, porque os alunos possuíam bastantes dificuldades para estabelecer comunicação com os demais sujeitos do ambiente escolar. Cada etnia trazia uma carga de cultura e de tradições que precisavam ser assimiladas pelos professores e pelos alunos não índios.

Para CSIKSZENTMIHALYI (1996 apud ALENCAR, 2003, p. 47), “o processo de criação deve ser entendido, portanto, como resultado da interação de fatores individuais e ambientais, que envolvem aspectos cognitivos, afetivos, sociais, culturais e históricos”. Assim, a universidade precisa estabelecer relações afetivas, com o intuito de o discente ser valorizado, em sua totalidade, num processo dialógico.

Analizando contextos semelhantes a esses, em que os grupos indígenas enfrentam dificuldades por conta da própria cultura, Silva (2007, p. 84), em seu estudo “Esboço Sociolinguístico do Sateré-Mawé”, afirma que:

[...] nas comunidades do rio Andirá, no sudeste Amazônico, muitos dos espaços comunitários nativos – festas, cerimônias, rituais de cura ou ritual de passagem, como o da Tucandeira –, predominava o uso da linguagem nativa. Hoje, o bilinguismo vem tomando conta de forma muito rápida e de certa forma trazendo pontos negativos, como o desuso da língua materna de cada etnia, principalmente pelos mais jovens, que chegam a negar a sua própria identidade, por medo de ser punido, renegado, e até mesmo por puro preconceito.

Verifica-se que, a cada ano, os problemas enfrentados pelos dos acadêmicos indígenas são mais observados. No ano de 2009, a Universidade do Estado do Amazonas implantou o primeiro curso de nível superior destinado aos indígenas, chamado de Pedagogia Intercultural Indígena, funcionando em 52 municípios do Estado, utilizando uma tecnologia IPTV, sistema presencial mediado. O objetivo principal era o de levar conhecimento para essas minorias, por meio de teleaulas com tradução simultânea em várias línguas de origem indígena, como a dos Baniwa, a dos Ticuna e a do Sateré-Mawé.

A cidade de Boa Vista do Ramos, como exemplo de um dos municípios participantes do curso de “Pedagogia Intercultural”, foi contemplada com 50 vagas, das quais 80% foram destinadas aos indígenas, contribuindo para o acesso ao curso superior para os grupos que antes enfrentavam inúmeras dificuldades para ingressar na faculdade.

Nessa cidade, foram matriculadas duas alunas da etnia Sateré-Mawé, devidamente documentadas com o Registro Administrativo Indígena (RANI). As estudantes relatavam o sonho de ingressar na Universidade e concluir o curso superior, com a finalidade de contribuir para a melhoria de suas comunidades. Todavia, uma das alunas abandonou o curso. Quando perguntada a justificativa da desistência do curso, a estudante respondeu: “Por vergonha e por medo, ainda temos que perder amigos e o trabalho”, lamentou a discente que se mudou para a cidade de Maués.

O mapa abaixo situa a cidade de Maués, no Amazonas.

Mapa 1 – Cidade de Maués



Fonte: disponível em: <<http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Maues>>.

Ainda retomando o pensamento da discente, segundo ela, a rejeição que a sociedade demonstra sobre a cultura indígena – o modo de agir, pensar e discutir os assuntos, principalmente com os acadêmicos de sala de aula – foi um dos motivos que a impulsionou a abandonar o curso Pedagogia Intercultural Indígena. A aluna apresentava muitas dificuldades na aprendizagem, pois, não conseguia acompanhar a linguagem do professor durante as aulas.

Outras acadêmicas do curso relataram que tiveram que mudar de cidade por terem sofrido preconceitos, pelos colegas não indígenas, por conta dos traços, do modo de falar e do modo de se vestir e até mesmo por problemas financeiros. Assim, migraram para outras cidades como para a cidade de Boa Vista do Ramos, mas por muito tempo negaram a própria identidade, por receio de não conseguirem emprego no município.

Para elas, foi com a chegada da Universidade do Estado do Amazonas na cidade que se iniciou um processo da busca e da valorização da cultura indígena. A Universidade procurou, junto a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a implantação de uma escola municipal indígena com professores bilíngues.

Prática de Ensino Contextualizada

Em busca de aproximar a realidade do cotidiano ao espaço acadêmico, e de amenizar os problemas de natureza sociocultural e etnolinguístico, foi proporcionada aos alunos da turma de Boa Vista do Ramos, do curso “Pedagogia Intercultural Indígena”, composta de alunos indígenas Sateré – Mawé e de alunos não indígenas, uma visita a um sítio arqueológico. Além de promover a socialização e a troca de saberes durante as aulas, a visita serviu ainda como uma tentativa de manifestar contrariedade à destruição que ocorria no sítio, situado às margens do rio Paraná do

Ramos, por conta da construção de uma estrada aberta por diversos tratores. A estrada, porém, foi aberta para facilitar o tráfego de carros e carroças, ligando a cidade de Boa Vista do Ramos ao município de Barreirinha, no Amazonas.

Durante a visita ao sítio identificou-se grande quantidade de cacos de artesanatos feitos em barro, com grafismo típico da etnia que habitava aquela região, a Saterê-Mawê. Encontraram-se peças de panelas, de bibelôs com formato de sapinhos e carrancas, além de machadinhas e utensílios utilizados como facas.

A localização do sítio arqueológico é aproximadamente a 200 metros de distância das margens do rio, num barranco com cerca 20m de altura. Por essa localização de difícil acesso, deduz-se que os indígenas da etnia Saterê-Mawê utilizavam este ponto estratégico para se proteger do homem não indígena, por isso encontraram-se alguns utensílios usados por esta etnia. O proprietário da terra o senhor Raimundo Miquilles⁷⁷ contou que a propriedade foi herança dos pais, já falecidos. Para ele é “comum encontrar peças indígenas enterradas, no sítio”.

Em retorno à sala de aula, os acadêmicos tiveram a oportunidade de discutir e registrar as observações feitas no sítio arqueológico. As alunas produziram e relataram suas experiências reais a partir do contexto vivenciado. Todos os registros foram feitos em Língua Portuguesa. “A linguagem possui, sobretudo, o papel de produzir e organizar o mundo mediante o processo de simbolização. O Caminho para compreensão do(s) mundo(s) se dá pela decifração de símbolos, que referem à realidade e remetem a conceitos” (SAPIR, 1969, p. 20).

De acordo com os relatos dos acadêmicos, percebeu-se que o local não possui preservação ambiental e nem apresentam registros do Instituto do Patrimônio Histórico do Amazonas (IPHAM). Os alunos recolheram algumas peças encontradas no local para estudarem e, além disso, analisaram superficialmente a amostra da terra que, por ser preta é boa para plantio.

A terra é o meio de produção do homem do campo, por isso o interesse e o conhecimento prévio dos alunos a respeito do assunto. Os discentes verificaram ainda uma composição rica em *humos*, com presença de elementos, como folhas e restos de madeira, que servem para fertilização das plantações.

⁷⁷ Na cidade de Boa Vista do Ramos, fato que chamou atenção foi com relação a alguns indígenas que possuíam o seu segundo nome emprestado. A família Michilles, por exemplo, utiliza o sobrenome de um empresário que fazia rotas de comércio, em pequenos regatões pelas cidades de Maués, Boa Vista do Ramos, Barreirinha e Parintins. Nas cidades vizinhas encontram-se, também, muitos indígenas com o sobrenome emprestado.

Diante dessa prática metodológica de ensino, verificou-se que os acadêmicos indígenas necessitam vivenciar a realidade de suas comunidades, pois assim poderão aliar a teoria com a prática e melhorar o desempenho como estudante. Da mesma forma, a Universidade deve buscar meios para trabalhar as questões culturais dos discentes e futuros profissionais, pois a realidade do amazonense tem características peculiares.

Direito à Educação

O direito à educação escolar indígena tem sido uma luta dos povos indígenas com os gestores, nas esferas municipal, estadual e federal. Todavia, alguns municípios já dispõem de secretarias especializadas que tratam das questões pertinentes aos povos indígenas. Algumas instituições trabalham com metodologias próprias que atendem e respeitam os direitos dos povos indígenas.

Nos artigos 78 e 79 do Ato das Disposições Gerais e Transitórias da Constituição de 1988, preconiza como dever do Estado o oferecimento de uma educação escolar bilíngue e intercultural que fortaleça as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena e proporcione a oportunidade de recuperar suas memórias históricas e reafirmar suas identidades, dando-lhes, também, acesso aos conhecimentos técnico científicos da sociedade nacional (IBASE, 2004, p. 33).

A luta pela criação da Educação Escolar Indígena ocorre desde a Constituição de 1988 e da criação da LDB/9394/96, no entanto, as ações concretas só estão acontecendo atualmente. Exemplo disso, é a entrega de uma instituição com sete salas de aulas, composta por professores bilíngues localizada na comunidade conhecida como Sagrado Coração de Jesus, do Aninga, onde vivem aproximadamente 20 famílias.

Deve-se salientar que as mudanças linguísticas não ocorrem de um dia para o outro, nem aleatoriamente, segundo Castilho (1998), elas ocorrem em todos os aspectos da língua, especialmente na modalidade falada, por ser esta a modalidade mais exposta e sujeita ao uso diário no meio social, sofrendo alterações diárias, para atender às necessidades de seus falantes, e recebendo confrontos da vida cotidiana, sem cuidados especiais e mais livres do policiamento da sociedade elitizada.

Nessa perspectiva, no ano de 2012, a resolução de N.º 5, de 22 de junho, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, da

seguinte maneira:

Art. 1.º Esta Resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, oferecida em instituições próprias. Parágrafo único Estas Diretrizes Curriculares Nacionais estão pautadas pelos princípios da igualdade social, da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade, fundamentos da Educação Escolar Indígena.

Isso poderá, além de mudar o comportamento acerca da própria concepção de linguagem, refletir não apenas nas descrições das línguas, mas também nas questões educacionais exigidas pela diversidade linguística. De modo especial, no Brasil, e, principalmente, no Estado do Amazonas; essa visão poderá promover a boa relação das diferentes etnias, línguas e costumes.

A Linguagem, o discurso, a cultura e a sociedade implicam muito mais do que simples diferenças de significados e interpretação; [...] pode afetar diretamente o entendimento, mesmo que entre falantes de uma mesma língua. Isso porque estratégias interpretativas de determinado tipo estão presentes em toda a sociedade e comunidades, sendo passadas adiante na comunicação adiante na forma de tradições comunicativas (GUMPERZ, 1996, p. 86).

Nesse sentido, cabe aos Estados e aos municípios organizarem propostas curriculares, a fim de garantir à população indígena uma educação voltada para a interculturalidade, fundamentada para a educação escolar indígena, valorizando os costumes das etnias e trabalhando o conhecimento de maneira contextualizada.

A Universidade precisa entender a diversidade cultural que existe, principalmente, no Estado do Amazonas, em que a população é oriunda ou mesclada por várias culturas. Com este artigo, não se pretende excluir ou menosprezar os saberes indígenas, mas valorizar, a exemplo dos Pampas Gaúchos – RS que estuda e valoriza os valores culturais de seu povo. Sugere-se, portanto, que nos PPPs (Projetos Políticos Pedagógicos) dos cursos, haja características próprias, ou seja, um preparo metodológico, desde as séries iniciais até ao nível superior.

REFERENCIAS

- CASTILHO, Ataliba Teixeira. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.
- FELDMAN, D. H., CSIKSZENTMIHALYI, M.; GARDNER, H. A framework for the study of creativity. In: FELDMAN, D. H., CSIKSZENTMIHALYI, M.; GARDNER, H (Orgs.), *Changing the world*. Westport: Praeger, 1994. p. 1-45.
- GUMPERZ, J. J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- IBASE. *Educação Escolar indígena em Terras Brasileiras, tempo de novo descobrimento*. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Resolução de N.º 5, de 22 de junho*. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url>
- SAPIR, Edward. *Linguística como Ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969. Trad. de J. M. Camara Jr.
- SILVA, Raynice Geraldine Pereira da. Esboço Sociolinguístico Sateré-Mawé. In: *Tellus*, ano 7, n. 13, Campo Grande, out., 2007, p. 73-101.
- MAPAS DA REGIÃO NORTE. *Mapa de Maués*. Disponível em: <<http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Maues.svg>>. Acesso em: 18 de junho de 2013.